

CAPÍTULO 6

ENTRE A VARIAÇÃO E A PADRONIZAÇÃO: SINAIS REGIONAIS, NEOLOGISMOS E DISPUTAS DE LEGITIMIDADE LEXICAL NA LIBRAS

 <https://doi.org/10.68044/kz4bc622>

Gésica Suellen Sobrinho Costa ¹

Doutoranda em Léxico e Terminologia pela Universidade de Brasília (UnB).

Professora efetiva da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Carla Beatriz Medeiros Klein ²

Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e

Professora efetiva da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Deonísio Schmitt ³

Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina e Mestre em

Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Magistério

Superior da Universidade Federal de Santa Catarina.

Pâmela do Socorro da Silva Matos ⁴

Doutora em Educação pela Universidade do estado do Pará (UEPA).

Katiuscia da Silva Avila ⁵

Mestranda em Letras pela Programa de Pós-Graduação em Letras da

Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Pesquisa temas relacionados à

surdez e à educação da pessoa surda negra.

RESUMO: Este artigo analisa as relações entre variação regional, criação de neologismos, padronização e legitimidade lexical na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Objetiva compreender como sinais regionais e novas unidades lexicais adquirem reconhecimento social, bem como discutir formas de normalização que favoreçam a comunicação sem eliminar a diversidade linguística das comunidades surdas. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, qualitativa e interpretativa, fundamentada em vinte estudos publicados entre 2006 e 2025 sobre variação sociolinguística, formação lexical, sinais-termo, inventários, dicionários e atitudes linguísticas. Os resultados evidenciam que a variação constitui propriedade natural da Libras e que a legitimidade dos sinais depende da adequação estrutural e conceitual, da circulação comunitária e da funcionalidade contextual. Verificou-se também que práticas prescritivas podem silenciar repertórios regionais e concentrar o poder de nomeação. Conclui-se que uma padronização participativa, pluricêntrica e revisável pode ampliar a inteligibilidade, preservando variantes, identidades e memórias linguísticas das comunidades surdas brasileiras em diferentes contextos sociais.

Palavras-chave: Libras; Variação linguística; Neologismos; Padronização lexical; Comunidades surdas.

INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais — Libras —, como qualquer língua natural, caracteriza-se pela heterogeneidade, pela historicidade e pela capacidade permanente de transformação. Seus sinais não constituem unidades rígidas, uniformes ou imunes às diferenças sociais e territoriais. Ao contrário, são produzidos por sujeitos situados em comunidades, instituições, gerações e redes de interação distintas. Por isso, um mesmo conceito pode ser expresso por sinais diferentes conforme a região, a faixa etária, a trajetória escolar, o pertencimento

comunitário, a área profissional ou o grau de contato dos sinalizantes com outras línguas. Também podem ocorrer diferenças na realização de um mesmo sinal, sem que essas diferenças correspondam necessariamente à criação de novas unidades lexicais.

A variação linguística, portanto, não deve ser compreendida como deficiência, desorganização ou falta de domínio da Libras. Ela constitui uma propriedade estrutural e social da língua. Xavier (2019, p. 49) explica que a variação nas línguas de sinais pode estar associada a fatores internos ao sistema linguístico, a características sociais dos sinalizantes e às diferentes situações comunicativas. Região, idade, gênero, etnia, escolarização e contato linguístico podem interferir nas formas utilizadas pelos membros de uma comunidade. A produção linguística varia porque os sujeitos, as situações de comunicação e as comunidades também são diversos.

Essa constatação confronta representações segundo as quais existiria uma forma única e universal de realizar cada sinal da Libras. Na prática, os repertórios utilizados pelas comunidades surdas brasileiras apresentam variações diatópicas, diacrônicas, diastráticas, diafásicas e relacionadas ao contato entre línguas. Silva (2025, p. 1-2) acrescenta a esse conjunto a variação diaglóssica, observada no continuum decorrente do contato entre Libras e português. Nesse continuum, podem existir variedades com maior presença de datilologia, oralização ou estruturas influenciadas pelo português e

outras marcadas por recursos como simultaneidade, espacialidade, classificadores e expressões não manuais. Todas essas variedades apresentam organização gramatical e cumprem funções comunicativas, identitárias e culturais.

O reconhecimento da variação, entretanto, não elimina demandas concretas por referências compartilhadas. A expansão da presença de pessoas surdas na educação básica, no ensino superior, nos exames nacionais, nas profissões e na produção científica aumentou a necessidade de denominar conceitos especializados. Termos das áreas de matemática, biologia, tecnologia, direito, saúde e eletrotécnica, entre outras, passaram a circular em contextos nos quais a precisão conceitual e a comunicação entre sujeitos de regiões diferentes são particularmente relevantes. Nesse cenário, multiplicaram-se projetos de glossários, sinalários, dicionários, inventários e plataformas digitais, assim como propostas de criação e de padronização de sinais-termo.

A questão adquire complexidade porque a padronização pode assumir sentidos distintos. Em um primeiro sentido, pode corresponder à documentação organizada das formas em circulação e ao estabelecimento participativo de referências que facilitem a comunicação. Em um segundo, pode transformar uma variante particular em forma supostamente superior, correta ou nacional, silenciando sinais regionais e deslegitimando seus usuários. A

primeira perspectiva pode contribuir para a acessibilidade e para a circulação do conhecimento. A segunda reproduz hierarquias linguísticas, concentra o poder de nomear e ameaça a diversidade que constitui a Libras.

A tensão entre variação e padronização torna-se ainda mais evidente diante dos neologismos. Mudanças científicas, culturais e tecnológicas criam conceitos para os quais as comunidades precisam estabelecer denominações. Alguns sinais surgem espontaneamente em redes locais; outros são negociados em salas de aula, grupos de pesquisa, associações ou instituições profissionais. Existem ainda empréstimos, adaptações de formas do português, sinais inicializados e unidades construídas pela combinação de recursos morfológicos da própria Libras. Nem toda proposta, contudo, se converte em unidade lexical estável. Para que um neologismo ultrapasse o âmbito de sua criação, ele precisa ser compreendido, utilizado, transmitido e reconhecido socialmente.

A legitimidade lexical não decorre apenas da existência formal de um sinal nem da autoridade institucional de quem o propõe. Ela envolve adequação aos padrões linguísticos da Libras, precisão conceitual, circulação social e reconhecimento pelos usuários. Um sinal pode estar bem estruturado, mas permanecer restrito a uma turma ou grupo de pesquisadores. Outra forma pode nascer espontaneamente, alcançar ampla circulação e ser incorporada ao

repertório de diversas comunidades. Há, ainda, casos em que várias formas permanecem simultaneamente disponíveis, cada uma associada a uma região, área profissional ou contexto comunicativo. A coexistência não representa necessariamente um problema a ser eliminado; pode constituir parte da organização normal do léxico.

A partir dessa problemática, formula-se a seguinte questão: de que maneira sinais regionais e neologismos adquirem legitimidade na Libras e como processos de padronização podem favorecer a comunicação sem apagar a diversidade lexical das comunidades surdas? O objetivo geral consiste em analisar as relações entre variação regional, criação de neologismos, padronização e legitimidade lexical na Libras. Especificamente, busca-se: compreender a variação como componente constitutivo da língua; diferenciar variação lexical de variação fonológica; examinar processos de formação e circulação de novas unidades; discutir a produção de sinais-termo em contextos educacionais e científicos; problematizar o papel de dicionários, sinalários e instituições; e propor uma concepção participativa e pluricêntrica de padronização.

O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e interpretativa. O corpus é constituído por vinte trabalhos publicados entre 2006 e 2025, dedicados à variação sociolinguística, formação de palavras, empréstimos, neologismos, terminologia, inventários, atitudes linguísticas e relações de poder

envolvendo a Libras. As obras foram examinadas comparativamente, procurando-se identificar aproximações, divergências e implicações para as políticas de registro e circulação do léxico. Não se pretende realizar uma revisão sistemática exaustiva de toda a produção nacional, mas elaborar uma síntese crítica sustentada por estudos empíricos e teóricos representativos dos problemas investigados.

Defende-se que a oposição entre variação e padronização é insuficiente quando tratada como escolha entre diversidade absoluta e uniformidade obrigatória. A questão central não consiste em decidir se a Libras deve variar ou ser padronizada, pois a variação é inevitável e referências comuns podem ser socialmente necessárias. O problema está em definir quem participa das decisões, quais objetivos orientam a seleção das formas e como as variantes não selecionadas são registradas e reconhecidas. Uma política lexical democrática deve ser capaz de documentar a diversidade e, simultaneamente, construir referências funcionais para contextos específicos, sem apresentar uma delas como a única forma linguisticamente legítima.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da variação lexical exige partir de uma concepção social de língua. Sistemas linguísticos não existem fora das práticas realizadas por seus usuários. Embora apresentem regularidades fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e

pragmáticas, essas regularidades são atualizadas em situações concretas de interação. Consequentemente, a existência de diferenças não contradiz a organização da língua. A variação integra o próprio funcionamento do sistema.

Rodrigues e Silva (2017, p. 689) aproximam a análise da Libras da concepção sociolinguística de heterogeneidade ordenada. Nessa perspectiva, as formas diferentes não surgem aleatoriamente: sua distribuição pode relacionar-se a fatores linguísticos, sociais, territoriais e interacionais. A língua é construída e reconstruída nas relações entre os sujeitos. Isso significa que a gramática não deve ser reduzida ao repertório apresentado por um dicionário, por determinado material didático ou por um grupo institucional. Esses instrumentos registram apenas uma parcela, historicamente situada, das possibilidades existentes.

Nas línguas de sinais, a variação pode incidir sobre diferentes níveis. No nível fonológico, uma mesma unidade pode apresentar alterações de configuração de mão, orientação, localização, movimento, número de mãos ou componentes não manuais. No nível lexical, sinais estruturalmente distintos podem designar o mesmo conceito. Existem, ainda, variações sintáticas, semânticas, discursivas e pragmáticas. As diferenças podem ocorrer entre indivíduos, grupos ou regiões, assim como na produção de um único sinalizante, que

adapta sua linguagem à situação e ao interlocutor (Xavier, 2019, p. 49-56).

A modalidade visual-espacial não torna a Libras mais uniforme do que as línguas orais. Tampouco a iconicidade elimina a convencionalidade. Mesmo quando um sinal apresenta relação visual com determinada característica de seu referente, a escolha do aspecto representado e a forma de codificá-lo dependem de convenções coletivas. Comunidades distintas podem selecionar propriedades diferentes para nomear o mesmo objeto. Um animal, por exemplo, pode ser designado por sinais relacionados à sua aparência, ao seu comportamento ou a uma característica culturalmente reconhecida. Cada solução pode ser linguisticamente produtiva, sem que uma delas seja naturalmente mais verdadeira.

A ideia de uma Libras completamente homogênea costuma ser alimentada pela necessidade pedagógica de apresentar formas de referência aos aprendizes. Materiais introdutórios frequentemente selecionam um sinal para cada item lexical, pois seria inviável exibir todas as variantes em toda atividade de ensino. O problema surge quando uma seleção didática é interpretada como descrição integral da língua. A forma escolhida deixa de ser percebida como uma possibilidade e passa a ocupar o lugar de modelo absoluto. As demais formas são classificadas como incorretas, improvisadas ou

inexistentes, mesmo quando circulam regularmente em comunidades surdas.

A pergunta sobre a existência de “uma Libras” ou “muitas Libras” não deve conduzir à fragmentação do sistema em línguas independentes a cada diferença encontrada. Silva (2025) utiliza essa formulação para destacar a pluralidade interna da Libras e a existência de variedades produzidas pela diversidade das comunidades surdas e pelo contato com o português. A unidade linguística e a diversidade não são categorias excludentes. A Libras pode ser reconhecida como língua ao mesmo tempo que se reconhecem suas variedades regionais, sociais, históricas e estilísticas.

O contato com o português ocupa posição particularmente sensível nessa discussão. Pessoas surdas vivem em uma sociedade na qual o português tem grande presença institucional e aparece na educação, na legislação, nos meios de comunicação e em tecnologias de escrita. Como resultado, a Libras incorpora empréstimos e estabelece relações entre sinais, datilologia, inicialização, leitura labial e formas escritas. O contato, entretanto, não deve ser automaticamente interpretado como corrupção da língua. Rodrigues e Baalbaki (2014, p. 1096-1097) observam que a ampliação lexical pode ocorrer pela formação interna de palavras, pela criação de unidades e pelos empréstimos. O que importa é examinar como as formas são adaptadas e incorporadas às práticas da comunidade.

As variedades mais influenciadas pelo português também não podem ser tratadas como destituídas de estrutura ou de valor social. Conforme Silva (2025, p. 1-2), o contato produz um continuum, e não duas categorias absolutamente separadas. A posição ocupada por uma produção nesse continuum pode variar de acordo com a história linguística do sujeito e com o contexto. O combate ao preconceito não exige ignorar diferenças estruturais entre Libras e português sinalizado, mas impede que tais diferenças sejam usadas para inferiorizar sujeitos e comunidades.

A língua, assim, deve ser compreendida como patrimônio coletivo em movimento. Seus usuários não apenas recebem sinais prontos: selecionam, adaptam, abandonam, recuperam e criam formas. Esse protagonismo é central para a análise da legitimidade lexical. Se as comunidades fazem a língua em suas interações, nenhuma instituição isolada pode declarar legítima uma forma que não circula socialmente ou eliminar, por decisão administrativa, variantes enraizadas na experiência de determinados grupos.

A variação regional está entre as manifestações mais visíveis da diversidade lexical da Libras. Deslocamentos entre cidades e estados frequentemente colocam os sinalizantes diante de formas desconhecidas para conceitos familiares. Tais diferenças podem provocar estranhamento inicial, mas também favorecem a ampliação do repertório e a percepção de que a língua se organiza de maneira

plural. O sinal regional não constitui uma deformação de uma suposta forma nacional; é resultado da história das interações desenvolvidas em determinado espaço social.

A região, nesse caso, não deve ser concebida apenas como divisão administrativa. A circulação dos sinais depende das redes de convivência, das escolas frequentadas, das associações de surdos, das instituições religiosas, dos locais de trabalho e dos contatos presenciais ou digitais. Duas cidades próximas podem desenvolver repertórios parcialmente diferentes, enquanto sujeitos distantes geograficamente podem compartilhar formas em razão de trajetórias escolares ou redes sociais comuns. A territorialidade linguística é construída pela mobilidade e pelos vínculos entre os usuários.

Estudos locais oferecem evidências importantes dessa diversidade. Santos e Azevedo (2024, p. 121-122) analisaram a variação lexical entre oito participantes surdos residentes em São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar, no Maranhão. A investigação identificou diferenças entre as formas produzidas, com variação particularmente expressiva para o conceito “camaleão”. Os autores reconhecem que o tamanho da amostra não permite classificações definitivas, mas demonstram a necessidade de ampliar pesquisas sociolinguísticas sistemáticas na região metropolitana.

A cautela metodológica desse estudo é relevante. A produção de formas diferentes por poucos participantes não basta, isoladamente,

para determinar a extensão territorial de uma variante. Para caracterizar um sinal como regional, é preciso observar frequência, distribuição, reconhecimento coletivo e estabilidade temporal. Ainda assim, registros de pequena escala cumprem uma função documental, pois identificam possibilidades que poderão ser verificadas em pesquisas posteriores. Ignorá-las até que exista um levantamento nacional significaria perder dados de comunidades pouco representadas nos grandes centros de pesquisa.

Batista (2024) investigou sinais referentes a alimentos em Maceió, São Miguel dos Campos e Arapiraca, em Alagoas. Os resultados evidenciaram estratificação geográfica na distribuição das formas, demonstrando que a localidade interferia diretamente no repertório utilizado. O campo semântico dos alimentos é particularmente expressivo porque articula língua, práticas culturais e experiências cotidianas. Nomes de comidas, ingredientes e modos de preparo podem conservar marcas locais que não aparecem em repertórios produzidos em outras regiões.

No Acre, o inventário coordenado por Sousa e Garcia (2023, p. 107-119) reuniu 33 participantes e registrou 6.468 produções referentes a 196 unidades lexicais. A quantidade de dados possibilita comparações relacionadas a fatores como faixa etária, gênero e localização. Mais do que apresentar uma lista de sinais, o inventário cria condições para observar padrões de realização, formas

compartilhadas e diferenças entre os participantes. A documentação deixa de tratar a unidade lexical como imagem estática e passa a relacioná-la aos sujeitos e às condições em que foi produzida.

Essa perspectiva também orienta o Inventário Nacional de Libras. Quadros et al. (2020, p. 5457-5458) descrevem uma proposta de coleta, armazenamento e transcrição de dados comparáveis, aplicada inicialmente em estados como Santa Catarina, Alagoas, Ceará e Tocantins. A constituição de corpora regionais com procedimentos comuns permite analisar a Libras em escala nacional sem pressupor homogeneidade. Em vez de determinar previamente qual sinal seria brasileiro e qual seria apenas local, os inventários registram as formas e oferecem evidências para compreender sua distribuição.

A documentação regional possui, ainda, relevância histórica. Variantes podem desaparecer quando diminuem as redes de transmissão intergeracional ou quando uma forma difundida por materiais didáticos e plataformas digitais passa a dominar a comunicação. Xavier (2019, p. 59-61) observa que a intensificação do contato entre usuários de variedades diferentes e a atuação dos meios de comunicação podem produzir nivelamento dialetal. Esse processo não é necessariamente planejado: uma forma adquire maior visibilidade, circula em vídeos, cursos e instituições e, progressivamente, substitui variantes de alcance restrito.

O desaparecimento de uma variante não corresponde apenas à troca de um rótulo. Pode representar a perda de uma memória comunitária, de uma solução visual específica e de uma marca de pertencimento. Documentar, portanto, não é congelar a língua ou impedir a mudança. Significa preservar evidências sobre como diferentes comunidades organizaram seu léxico em determinado período. Registros históricos tornam possível estudar alterações futuras e reconhecer a contribuição de grupos que permaneceriam invisíveis em repertórios exclusivamente nacionais.

A expansão da comunicação digital modifica esse cenário. Sinais criados em uma cidade podem alcançar rapidamente usuários de outras regiões, sobretudo quando divulgados por influenciadores surdos, professores, tradutores ou instituições com grande audiência. A circulação digital não elimina a regionalidade, mas reorganiza suas fronteiras. Uma forma inicialmente local pode adquirir alcance nacional; outra pode continuar ligada à identidade de determinada comunidade; diferentes variantes podem se tornar conhecidas e permanecer disponíveis aos sinalizantes.

Consequentemente, a documentação não deve limitar-se a indicar que existem dois ou mais sinais para uma palavra em português. É necessário informar quem utiliza cada forma, onde ela foi registrada, em que período, em qual contexto e com que frequência. Também é importante distinguir produção espontânea de

reconhecimento passivo: um participante pode compreender uma variante sem utilizá-la habitualmente. Essas informações permitem analisar a vitalidade das formas sem transformá-las em itens descontextualizados.

Sinais regionais precisam ser reconhecidos, assim, como dados linguísticos e culturais. A busca por comunicação inter-regional pode justificar a indicação de formas amplamente compreendidas, mas não autoriza a classificação das demais como erros. A referência nacional deve ser acrescentada ao repertório, e não utilizada para substituir compulsoriamente as formas locais. Uma política lexical inclusiva amplia a capacidade comunicativa dos sujeitos justamente porque lhes permite conhecer e transitar entre variantes.

A discussão sobre legitimidade depende de uma distinção analítica entre variação lexical e variação fonológica. Nem toda diferença visível corresponde a um sinal lexicalmente distinto. Uma unidade pode apresentar diferentes realizações, comparáveis às pronúncias de palavras nas línguas orais, sem perder sua identidade. Em outros casos, duas formas possuem estruturas suficientemente diferentes para serem reconhecidas como sinais distintos que expressam o mesmo conceito.

Xavier e Barbosa (2014, p. 371) examinaram a produção de 60 sinais por 12 participantes surdos. Foram observadas diferenças relacionadas à configuração de mão, localização, movimento,

orientação, número de mãos e componentes não manuais. A variação ocorreu tanto entre participantes quanto na produção de um mesmo sinalizante. O estudo demonstra que os parâmetros das línguas de sinais não são realizados mecanicamente. A produção pode variar em função de condições articulatórias, características do sinal, frequência e avaliações sociolinguísticas.

Em alguns casos, mais de um parâmetro varia simultaneamente. Xavier e Barbosa (2014, p. 402-405) encontraram sete realizações do sinal correspondente a “Fusca”. Essa multiplicidade ajuda a compreender por que a fronteira entre variantes fonológicas e lexicais nem sempre é evidente. Se as diferenças forem interpretadas apenas pela comparação de imagens isoladas, pequenas alterações podem ser catalogadas como sinais completamente distintos. De modo inverso, formas com histórias e distribuições sociais diferentes podem ser tratadas como simples pronúncias.

A variação fonológica tende a preservar parte significativa da estrutura reconhecível de uma unidade. A variação lexical, por sua vez, envolve formas alternativas para o mesmo significado que podem diferir em grande parte ou na totalidade de seus parâmetros. Essa definição não deve ser aplicada como fórmula exclusivamente quantitativa. A identidade de um sinal também depende do reconhecimento dos usuários, de sua história e de sua distribuição. A análise estrutural precisa ser associada a evidências sociolinguísticas.

Arzua e Xavier (2024, p. 1-3) exploraram essa distinção na expressão dos conceitos “YouTube” e “WhatsApp”. Participaram da pesquisa 48 adultos surdos, provenientes de seis estados brasileiros. Foram identificadas cinco variantes lexicais para “YouTube” e três para “WhatsApp”, além de variações fonológicas no interior dessas formas. Alguns aspectos permaneciam estáveis, permitindo reconhecer diferentes realizações como pertencentes ao mesmo sinal, enquanto diferenças mais amplas sustentavam a identificação de unidades lexicais distintas.

Os resultados são especialmente relevantes para o estudo de neologismos tecnológicos. Quando um conceito recente entra nas práticas sociais, diferentes grupos podem propor formas de maneira relativamente simultânea. Antes que uma solução alcance circulação ampla, coexistem sinais independentes, adaptações e realizações ainda instáveis. Com o tempo, algumas formas desaparecem; outras se estabilizam localmente; uma delas pode alcançar maior difusão. Dentro de cada variante lexical, contudo, continuam existindo diferenças de realização.

A distinção também possui implicações pedagógicas. Correções excessivas de configuração, localização ou movimento podem transformar diferenças aceitáveis de produção em supostos erros. Isso não significa que toda realização seja indiferente, pois alterações podem comprometer a compreensão ou produzir outra

unidade. O ensino precisa identificar quais parâmetros são contrastivos, quais variações são recorrentes e quais características permanecem estáveis. O objetivo deve ser promover inteligibilidade e domínio linguístico, não reproduzir um ideal inalcançável de uniformidade gestual.

Nos dicionários e sinalários, a classificação inadequada pode inflar artificialmente o número de variantes ou, em sentido contrário, apagar diferenças lexicais socialmente relevantes. Recursos digitais permitem apresentar vídeos de diversos sinalizantes e registrar mais de uma realização. Também possibilitam relacionar variantes, explicar sua distribuição e indicar quais diferenças são fonéticas ou fonológicas. Essa organização é mais informativa do que a associação simples entre uma palavra portuguesa e uma única imagem.

Há, finalmente, uma dimensão política nessa fronteira analítica. Chamar uma forma de “pronúncia” pode minimizar sua importância identitária; chamá-la de “outro sinal” pode reforçar sua autonomia regional. A classificação deve apoiar-se em critérios explícitos e ser passível de revisão diante de novos dados. Nenhuma etiqueta técnica substitui a observação do uso comunitário.

O léxico da Libras se amplia por mecanismos internos da língua e por processos associados ao contato. Felipe (2006, p. 203-208) descreve diferentes processos de formação de palavras, entre eles a composição, a modificação interna, a derivação sem alteração formal

e os processos icônicos ou miméticos. Configurações de mão, movimentos, localizações e direções podem participar da construção morfológica. A língua apresenta recursos próprios para produzir novas unidades, combinar elementos e incorporar informações.

A iconicidade desempenha papel importante, mas não deve ser confundida com reprodução direta da realidade. Um sinal icônico é construído segundo as possibilidades fonológicas e morfológicas da língua. A comunidade seleciona determinados traços do conceito e os converte em uma forma convencional. Felipe (2006, p. 207-208) salienta que processos miméticos são integrados às regras linguísticas. Desse modo, a criação visual não se encontra fora do sistema; ela é condicionada por padrões que tornam o sinal produzível, reconhecível e combinável com outras unidades.

A composição constitui uma estratégia produtiva para novos conceitos. Elementos já existentes podem ser justapostos ou combinados, formando uma unidade com significado especializado. Também podem ocorrer alterações no movimento, na direção ou na configuração de mão. A produtividade desses recursos mostra que a expansão lexical não depende exclusivamente de equivalentes do português. A definição conceitual pode orientar a seleção de propriedades semanticamente relevantes e gerar uma denominação coerente com a organização da Libras.

O contato linguístico, contudo, também participa dessa expansão. Rodrigues e Baalbaki (2014, p. 1106-1110) discutem empréstimos do português à Libras, incluindo datilologia, inicialização e adaptações. Formas inicialmente vinculadas à escrita podem passar por nativização, isto é, ajustar-se aos padrões da língua receptora. A origem externa não impede que uma unidade seja incorporada ao repertório e submetida a processos internos de mudança. Empréstimos podem preencher lacunas denominativas e, posteriormente, adquirir configurações diferentes das formas que lhes deram origem.

A avaliação dos empréstimos costuma ser atravessada por ideologias de pureza. Sinais inicializados ou construídos a partir da datilologia podem ser rejeitados simplesmente por evidenciarem contato com o português. Entretanto, línguas em contato influenciam-se continuamente. O critério relevante não é a ausência absoluta de influência, mas o modo como a forma funciona na Libras e é recebida pelos usuários. Em alguns casos, a comunidade prefere uma solução conceitual desvinculada da inicial; em outros, a forma inicializada se estabiliza e passa a integrar o léxico.

Rodrigues e Baalbaki (2014, p. 1113) registram que jovens surdos produzem gírias e novos sinais, enquanto grupos especializados desenvolvem termos para áreas como informática e contabilidade. A criação lexical ocorre, portanto, em diferentes escalas. Pode responder

à necessidade expressiva de uma geração, à identificação de um grupo ou à nomeação de conhecimento técnico. Não existe um único centro produtor de neologismos.

A tecnologia intensifica esse movimento. Novos aplicativos, dispositivos e práticas digitais exigem denominações em intervalos cada vez menores. Temoteo-Marques, Martins e Guirelli (2024, p. 127-150) analisaram sinais da área de tecnologia e comunicação registrados em um dicionário com aproximadamente 13 mil entradas. Entre 80 sinais relacionados ao campo, quatro participantes surdos consideraram dez obsoletos. Também foram identificadas formas novas para “inteligência artificial” e “Bluetooth”. Os resultados evidenciam que a expansão lexical convive com a deslexicalização: enquanto novos sinais surgem, outros deixam de circular porque os objetos, tecnologias ou denominações se transformam.

Um neologismo não se consolida no momento exato de sua criação. Pode-se compreender sua trajetória como um processo composto por proposta, circulação inicial, avaliação comunitária, difusão e possível convencionalização. A proposta pode surgir de um sujeito ou grupo, mas sua continuidade depende da interação. Durante a circulação, a forma pode ser modificada para facilitar a articulação, eliminar ambiguidades ou representar melhor o conceito. Algumas propostas convivem; outras são abandonadas. Mesmo uma forma estabilizada pode posteriormente tornar-se obsoleta.

Essa trajetória impede que o registro em um glossário seja confundido com legitimação definitiva. A publicação amplia a visibilidade, mas não garante uso. De modo semelhante, a ausência em um dicionário não torna um sinal inexistente. Há uma diferença entre criação documentada, uso local, reconhecimento passivo e convencionalização ampla. Recursos lexicográficos deveriam indicar essas condições em vez de apresentar todas as entradas como se possuíssem o mesmo nível de estabilidade.

Também é necessário distinguir inovação lexical de improvisação contextual. Sinalizantes utilizam classificadores, descrições e combinações produtivas para construir sentidos durante a interação. Nem toda solução discursiva se converte em item lexical armazenado. Para caracterizar um neologismo, é preciso verificar recorrência, possibilidade de reconhecimento fora do episódio original e algum grau de estabilidade formal e semântica. Essa distinção preserva a criatividade discursiva sem transformar toda construção momentânea em nova entrada lexical.

A legitimidade de um neologismo pode ser examinada em pelo menos quatro dimensões. A primeira é estrutural: a forma deve ser compatível com os padrões fonológicos e morfológicos da Libras. A segunda é conceitual: o sinal precisa representar o conceito sem produzir ambiguidades incompatíveis com seu uso. A terceira é sociolinguística: deve existir reconhecimento e circulação entre

usuários, especialmente aqueles envolvidos no domínio em questão. A quarta é funcional: a forma precisa atender às necessidades comunicativas do contexto. Essas dimensões são complementares e não dependem de uma autoridade única.

No campo terminológico, a criação lexical apresenta exigências particulares. Um sinal comum pode assumir sentidos amplos, enquanto o sinal-termo denomina um conceito delimitado em uma área de especialidade. Prometi e Costa (2018, p. 132-137) defendem que a criação de sinais-termo deve partir do processamento conceitual e considerar regras fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas da Libras. Não se trata de representar visualmente uma palavra portuguesa, mas de compreender o conceito e formular uma denominação adequada ao sistema linguístico e ao conhecimento especializado.

A imagem conceitual não se reduz à aparência física do referente. Conceitos abstratos, relações científicas e processos técnicos podem exigir a seleção de propriedades não imediatamente visíveis. Por isso, a criação terminológica demanda diálogo entre especialistas da área, pesquisadores da Libras e membros da comunidade surda. Prometi e Costa (2018, p. 142) destacam a relevância de um colegiado especializado capaz de levantar os termos, estudar as definições e examinar as estruturas linguísticas. A

coletividade, nesse caso, não é mero mecanismo de votação, mas espaço de elaboração conceitual.

A sala de aula pode funcionar como ambiente de negociação. Sales, Penteado e Moura (2015, p. 1275-1282) analisaram uma experiência de ensino de geometria na qual a falta de sinais registrados levou estudantes, professor e intérprete a discutir possíveis denominações. Os sinais construídos mobilizaram iniciais de palavras e propriedades matemáticas. A atividade não apenas produziu formas linguísticas, mas também contribuiu para a compreensão dos conceitos. Segundo os autores:

Por meio da interação entre professor, intérprete e aluno surdo, no contexto da sala de aula, consideramos importante o processo de negociação de sinais para a ampliação da Libras no campo lexical e acadêmico e no auxílio da apreensão de novos conhecimentos por alunos surdos no processo de escolarização. (Sales; Penteado; Moura, 2015, p. 1282).

A negociação mostra que a criação terminológica pode integrar o processo de aprendizagem. Ao discutir quais propriedades devem compor o sinal, os participantes precisam explicar o conceito, identificar seus elementos centrais e diferenciá-lo de conceitos próximos. O resultado não deve ser avaliado somente pela beleza visual da forma, mas pela qualidade da relação entre denominação, conceito e uso.

Uma solução negociada localmente, entretanto, não se torna automaticamente termo nacional. Ela pode atender às necessidades de uma turma e continuar restrita ao contexto. A divulgação e a avaliação por outros grupos são etapas necessárias quando se pretende ampliar sua circulação. Isso não reduz a validade da experiência: o sinal local já cumpriu uma função pedagógica. O que deve ser evitado é apresentar uma convenção situada como resultado de consenso inexistente.

A dimensão institucional aparece de modo expressivo no estudo de Santana e Santos (2022). Os autores analisaram 120 sinais-termo da eletrotécnica utilizados no Instituto Federal do Maranhão, campus Monte Castelo, e no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Maranhão. Apenas uma forma coincidiu nas duas instituições, apesar da proximidade geográfica (Santana; Santos, 2022, p. 15). As diferenças estavam relacionadas a estratégias como inicialização, derivação e seleção de propriedades conceituais.

O resultado demonstra que a proximidade territorial não garante uniformidade terminológica. Instituições podem desenvolver redes próprias de formação e transmissão. Professores, intérpretes e estudantes criam soluções para necessidades imediatas, muitas vezes sem acesso ao trabalho de grupos vizinhos. O problema não é necessariamente a coexistência de sinais, mas a ausência de intercâmbio e documentação. Quando os repertórios permanecem

isolados, a mobilidade de estudantes e profissionais pode produzir dificuldades de compreensão.

Santana e Santos (2022, p. 14-15) diferenciam a organização terminológica da prescrição rígida. Para os autores, “a tarefa de normatização, isto é, a de prescrever termos, é uma iniciativa fadada ao fracasso”. A formulação não elimina a necessidade de referências, mas questiona a tentativa de controlar o uso por imposição. A normalização pode organizar formas, registrar variantes e favorecer a circulação, enquanto a normatização prescritiva procura substituir a diversidade por um modelo obrigatório.

A demanda por sinais-termo tem crescido com a ampliação da presença de pessoas surdas no ensino superior. Albres (2024, p. 1-2), em revisão sistemática sobre produção de sinais-termo acadêmicos, localizou 770 trabalhos publicados entre 2010 e 2024 e selecionou 37 para análise. Predominaram estudos empíricos qualitativos, com maior atenção às ciências exatas e lacunas nas ciências humanas. O levantamento evidencia tanto a produtividade recente do campo quanto a necessidade de aprofundamento conceitual e metodológico.

A concentração em determinadas áreas pode produzir desigualdade de acesso. Se alguns cursos dispõem de glossários consolidados e outros dependem de soluções improvisadas, estudantes surdos enfrentam condições distintas de participação. Projetos terminológicos precisam incluir áreas menos documentadas e

considerar a continuidade do trabalho. Um glossário criado para uma pesquisa específica pode tornar-se rapidamente desatualizado se não houver revisão, divulgação e canais para receber contribuições dos usuários.

Ferreira *et al.* (2024, p. 1-13) analisam a escassez e a falta de padronização de sinais científicos. Os autores identificaram 49 termos sem sinais específicos nos materiais examinados e registraram cinco formas diferentes para “célula” em seis fontes. A coexistência de formas pode dificultar avaliações, deslocamentos acadêmicos e comunicação entre grupos que não compartilham o mesmo repertório. Ao mesmo tempo, a seleção de uma única forma, sem investigação de sua distribuição e aceitação, pode apenas substituir uma dificuldade comunicativa por uma disputa de autoridade.

A solução requer plataformas de cooperação. Projetos independentes deveriam divulgar suas definições, procedimentos de criação, participantes, vídeos e evidências de uso. Outros grupos poderiam testar as propostas, indicar variantes e relatar problemas de ambiguidade. A comparação permitiria identificar formas equivalentes, variantes fonológicas, sinais conceitualmente distintos e casos de polissemia. O objetivo não seria produzir uniformidade imediata, mas tornar os repertórios transparentes e interoperáveis.

A precisão terminológica não exige apagar toda variação. Mesmo terminologias consolidadas de línguas orais comportam

sinônimos, preferências institucionais e diferenças nacionais ou regionais. Na Libras, uma plataforma pode indicar um sinal-termo recomendado para comunicação interinstitucional e, simultaneamente, registrar variantes reconhecidas. A recomendação precisa declarar seu alcance: determinada área, contexto, período ou finalidade. Isso evita que uma escolha funcional seja convertida em julgamento sobre a língua inteira.

A participação de pessoas surdas deve ocorrer desde a definição do conceito até a avaliação do uso. Consultas realizadas apenas ao final reduzem a comunidade à função de validar decisões já tomadas. Especialistas ouvintes podem contribuir com conhecimento técnico, mas não devem monopolizar a formulação linguística. Intérpretes conhecem dificuldades concretas de tradução, porém sua frequência de uso não substitui o reconhecimento comunitário. A legitimidade emerge da cooperação entre competências diferentes.

Dicionários e sinalários exercem importante função educativa e documental. Permitem consultar formas, ampliar repertórios e registrar unidades que poderiam permanecer restritas a determinados grupos. Entretanto, esses instrumentos também produzem efeitos de autoridade. Usuários tendem a interpretar a presença de um sinal como comprovação de sua correção e a ausência como sinal de inexistência ou inadequação.

Xavier (2019, p. 60) chama atenção para esse efeito: “Embora dicionários objetivem documentar as palavras de uma língua e seus significados, eles acabam contribuindo com a sua padronização, mesmo que não seja a intenção dos lexicógrafos que os elaboram”. A seleção editorial é inevitável, mas seus critérios precisam ser transparentes. Quando apenas uma variante é apresentada sem informação contextual, uma decisão técnica pode ser recebida como prescrição linguística.

O problema é agravado quando a estrutura do recurso coloca o português no centro e trata a Libras como conjunto de equivalências. Ernsen e Jacinto (2024, p. 1-2), ao examinarem seis sinalários de diferentes momentos históricos, observaram que materiais impressos e digitais recorrem a elementos visuais e icônicos, mas muitos ainda privilegiam a escrita do português como linguagem de construção e acesso. Essa organização pode ocultar relações semânticas próprias da Libras e limitar a descrição de seus componentes linguísticos.

Um recurso orientado pela Libras deveria oferecer vídeos em boa qualidade, diferentes ângulos quando necessários, definição sinalizada, exemplos de uso e descrição dos parâmetros relevantes. O equivalente em português continuaria útil para pesquisa interlinguística, mas não ocuparia sozinho a posição de definição. Para sinais-termo, seria necessário acrescentar a área de especialidade, a

definição conceitual, as relações com termos próximos e eventuais restrições de emprego.

As variantes deveriam aparecer relacionadas, e não como registros isolados sem explicação. Metadados poderiam indicar localidade, instituição, faixa etária, período de coleta, frequência observada e situação comunicativa. Também seria importante informar se a forma foi produzida espontaneamente, reconhecida pelos participantes, criada em oficina ou proposta por um projeto terminológico. A ausência dessas informações equipara sinais amplamente convencionalizados a propostas experimentais.

Inventários e corpora oferecem uma base diferente da simples compilação. O Inventário Nacional de Libras descrito por Quadros *et al.* (2020) adota procedimentos comuns de coleta, transcrição, arquivamento e comparação. Esse tipo de infraestrutura permite verificar hipóteses sobre distribuição e mudança. A forma deixa de ser apresentada como unidade abstrata e pode ser relacionada a ocorrências efetivas, perfis de sinalizantes e contextos discursivos.

A construção de corpora nacionais não deve significar centralização em uma única variedade. Seu valor está justamente na possibilidade de reunir amostras comparáveis de diferentes regiões e grupos. A dimensão nacional resulta da articulação da diversidade, não da exclusão do local. Quanto mais representativo for o conjunto,

menores serão os riscos de transformar a variedade mais documentada em sinônimo de Libras.

Recursos digitais também precisam reconhecer que o léxico muda. Entradas devem ser datadas, revisáveis e acompanhadas de histórico. Uma forma classificada como recente pode tornar-se amplamente difundida; um sinal tradicional pode diminuir de frequência; uma proposta pode ser abandonada por ambiguidade. A atualização não deve apagar versões anteriores, pois elas constituem dados para estudos diacrônicos.

A lexicografia, portanto, nunca é inteiramente neutra. Escolher entradas, exemplos e rótulos implica interpretar a língua. A resposta não consiste em abandonar dicionários, mas em tornar suas decisões explícitas, ampliar a representação das comunidades e evitar rótulos absolutos. Expressões como “variante registrada”, “forma de referência”, “uso regional” e “proposta terminológica” descrevem melhor a realidade do que a oposição simplificada entre sinal certo e errado.

A legitimidade lexical não é apenas propriedade formal; é também resultado de avaliações sociais. Sinalizantes atribuem às formas valores de correção, beleza, clareza, modernidade, tradição e pertencimento. Essas atitudes influenciam a transmissão e podem favorecer ou impedir a circulação de uma variante. Quando associadas

ao prestígio de determinados grupos, transformam diferenças linguísticas em hierarquias.

Segundo Schermer (2012 *apud* Xavier, 2019, p. 59), a variedade utilizada por grupos com maior poder e status tende a adquirir prestígio e a ser percebida como padrão. Na Libras, esse poder pode relacionar-se à centralidade de instituições educacionais, à produção de materiais, à visibilidade digital, ao reconhecimento acadêmico ou à concentração de profissionais. Uma forma difundida por um grande centro pode alcançar o território nacional não por ser estruturalmente superior, mas porque seus usuários dispõem de maior capacidade de circulação.

Rodrigues e Silva (2017, p. 695) observam que julgamentos baseados em categorias como certo, errado, melhor e pior podem constituir preconceito linguístico. A legitimação da Libras como língua implica reconhecer não apenas consensos, mas também dissensos e variações internas. Combater o preconceito contra a Libras enquanto língua e, simultaneamente, reproduzir preconceitos contra suas variedades constitui uma contradição. O reconhecimento externo não pode depender da construção artificial de homogeneidade interna.

As avaliações se tornam particularmente visíveis em exames nacionais. Albuquerque (2024, p. 10510-10523) investigou a aceitabilidade de sinais empregados no Exame Nacional do Ensino Médio em Libras. Sete participantes avaliaram 63 sinais: 62% das

respostas indicaram aceitação; 21%, não aceitação; 9%, neutralidade ou abstenção; 5%, aceitação com posicionamento neutro; e 3%, incerteza. As avaliações foram influenciadas por crenças, valores, trajetórias e experiências socioculturais. O aspecto semântico ocupou posição relevante, sobretudo quando ambiguidades dificultavam a compreensão.

O estudo demonstra que a legitimidade não pode ser inferida apenas da presença do sinal em um produto oficial. O exame confere visibilidade, mas os participantes continuam avaliando as formas. Um sinal institucionalmente autorizado pode não ser reconhecido, enquanto uma forma regional ausente do material pode possuir amplo uso comunitário. A instituição e a comunidade participam de circuitos diferentes de legitimidade, que precisam ser articulados.

A aceitabilidade também é contextual. Um sinal compreensível em uma explicação longa pode ser inadequado para uma prova na qual a precisão e o tempo de processamento são decisivos. Uma forma produtiva na comunicação cotidiana pode gerar ambiguidade em domínio científico. Do mesmo modo, um sinal-termo tecnicamente preciso pode ser desconhecido para candidatos que não tiveram acesso ao repertório. A avaliação deve considerar simultaneamente estrutura, significado, circulação e finalidade.

As disputas lexicais se relacionam a desigualdades históricas entre pessoas surdas e ouvintes. Leite e Cabral (2021, p. 425-444)

discutem a educação de surdos a partir da colonialidade do poder linguístico e das imposições ouvintistas. Essa perspectiva permite questionar quem ocupa os espaços de decisão sobre a Libras. A produção de normas por especialistas ouvintes, sem participação efetiva de pessoas surdas, pode atualizar relações nas quais a língua é administrada externamente.

Isso não significa que todo trabalho realizado por ouvintes seja ilegítimo nem que exista uma posição comunitária única. Pessoas surdas também pertencem a regiões, gerações, instituições e grupos com poderes diferentes. Uma liderança de grande visibilidade não representa automaticamente todos os usuários. A participação precisa ser plural, contemplando sujeitos com trajetórias variadas e evitando que um grupo central fale em nome de comunidades pouco documentadas.

Há pelo menos cinco fontes de autoridade nas disputas lexicais. A autoridade estrutural decorre do conhecimento sobre a organização da Libras; a autoridade conceitual, do domínio da área de especialidade; a autoridade experiencial, do uso cotidiano da língua; a autoridade institucional, da capacidade de publicar e difundir materiais; e a autoridade comunitária, do reconhecimento construído nas redes de interação. Nenhuma delas, isoladamente, resolve todas as dimensões do problema.

Um linguista pode identificar que determinada forma respeita os padrões fonológicos, mas não decidir sozinho se ela será usada. Um especialista pode apontar inadequação conceitual, mas não impor uma solução linguística. Um intérprete pode reconhecer necessidades recorrentes, porém não transformar sua preferência em norma nacional. Uma instituição pode organizar consultas e recursos, mas sua visibilidade não substitui evidências de circulação. A comunidade, por sua vez, não deve ser tratada como entidade abstrata: sua participação precisa ser demonstrada por procedimentos transparentes.

As mídias digitais adicionam novas formas de prestígio. A quantidade de visualizações pode acelerar a difusão de um sinal, mas não constitui prova suficiente de aceitação. Repetição algorítmica, popularidade de um criador e alcance de uma plataforma podem produzir familiaridade. Essa familiaridade pode contribuir para a convencionalização, porém não elimina a necessidade de observar o uso em diferentes grupos. Confundir alcance com consenso favorece variedades já associadas a atores com maior capital tecnológico.

A disputa sobre um sinal revela, muitas vezes, conflito mais amplo sobre identidade, pertencimento e direito de nomear. Para um grupo regional, manter uma variante pode significar preservar memória e autonomia. Para estudantes que circulam entre instituições, conhecer uma forma compartilhada pode representar acesso. Para profissionais, precisão terminológica pode ser condição de segurança.

Uma política responsável não escolhe antecipadamente um desses interesses, mas procura compatibilizá-los.

Os estudos examinados permitem propor uma distinção entre normatização prescritiva e normalização participativa. A normatização prescritiva seleciona uma forma e procura apresentá-la como única opção correta, independentemente da diversidade já existente. A normalização participativa organiza repertórios, identifica formas de maior alcance e constrói referências para finalidades determinadas, sem negar a legitimidade das variantes.

Essa distinção não equivale a rejeitar qualquer padrão. Em contextos como avaliações nacionais, tradução de documentos técnicos, mobilidade acadêmica e comunicação científica, referências compartilhadas podem reduzir ambiguidades. O problema surge quando o padrão funcional se transforma em definição absoluta da língua. Uma forma recomendada para um exame não precisa substituir o sinal regional usado em conversas locais. Um sinal-termo escolhido para determinado curso pode coexistir com alternativas registradas em outras instituições.

A noção de padronização pluricêntrica reconhece a existência de múltiplos centros legítimos de produção lexical. Associações, escolas, universidades, grupos profissionais e comunidades regionais podem desenvolver repertórios. Em vez de concentrar as decisões em uma instituição nacional única, seria possível articular esses centros

por meio de plataformas comuns, protocolos de documentação e consultas periódicas. A unidade surgiria da interoperabilidade entre repertórios, e não da eliminação de suas diferenças.

O primeiro princípio dessa proposta é a documentação antes da seleção. Diante de diversas formas para um conceito, deve-se registrar sua estrutura, origem conhecida, localização, frequência e contextos de uso. A ausência de levantamento favorece a escolha da variante mais visível, que nem sempre é a mais difundida. Inventários como os apresentados por Quadros *et al.* (2020) e Sousa e Garcia (2023) oferecem base metodológica para decisões sustentadas por dados.

O segundo princípio é a definição conceitual. Na terminologia, não se deve iniciar pela palavra portuguesa ou pela aparência do objeto. É preciso estabelecer o conceito, suas características essenciais e sua relação com conceitos próximos. As orientações de Prometi e Costa (2018) mostram que a criação de sinais-termo envolve processamento conceitual e análise linguística. Esse procedimento reduz ambiguidades e evita que denominações sejam escolhidas apenas por preferência estética.

O terceiro princípio é a participação diferenciada. Pessoas surdas devem ocupar posição central, mas a consulta precisa incluir usuários de regiões e trajetórias diversas. Especialistas contribuem para a precisão conceitual; linguistas, para a análise estrutural; professores e intérpretes, para a avaliação funcional; estudantes e

profissionais, para verificar aprendizagem e uso. A distribuição das funções torna o processo mais transparente e reduz a concentração de autoridade.

O quarto princípio é o teste em uso. Uma proposta deve ser inserida em enunciados, explicações e interações reais. É necessário avaliar articulabilidade, compreensão, possíveis ambiguidades e relação com sinais preexistentes. A negociação observada por Sales, Penteado e Moura (2015) demonstra que o uso pedagógico pode revelar tanto a adequação linguística quanto a compreensão conceitual. O teste não deve se limitar à pergunta sobre qual sinal parece melhor quando apresentado isoladamente.

O quinto princípio é a possibilidade de pluralidade. Se duas formas apresentam circulação significativa e atendem às necessidades comunicativas, não há obrigação de eliminar uma delas. A plataforma pode indicar ambas e, se necessário, recomendar uma como referência inter-regional. Essa recomendação deve ser acompanhada de justificativa e não pode classificar as demais como erros. A normalização organiza a relação entre as formas; a prescrição tenta negar sua coexistência.

O sexto princípio é a temporalidade. Neologismos e sinais-termo precisam ser periodicamente reavaliados. O estudo de Temoteo-Marques, Martins e Guirelli (2024) mostra que unidades tecnológicas podem se tornar obsoletas rapidamente. Toda recomendação deve

registrar sua data e admitir revisão. Versionamento e histórico de alterações preservam dados e tornam visível o processo de mudança.

O sétimo princípio é a acessibilidade metalinguística em Libras. Definições, explicações e critérios não devem estar disponíveis apenas em português escrito. A comunidade precisa poder analisar as propostas diretamente em sua língua. A crítica de Ernsen e Jacinto (2024) à centralidade do português em dicionários e sinalários reforça a necessidade de recursos orientados visualmente e capazes de descrever os sinais segundo parâmetros da Libras.

A legitimidade pode, nesse modelo, ser considerada gradual e multidimensional. Uma forma recém-proposta pode possuir boa adequação estrutural e conceitual, mas circulação limitada. Um sinal regional pode ter reconhecimento comunitário elevado, porém alcance inter-regional reduzido. Uma forma institucional pode ser amplamente divulgada, mas apresentar baixa aceitação. Em vez de atribuir o rótulo binário legítimo ou ilegítimo, a descrição deve informar em quais dimensões e contextos a unidade estão consolidada.

Esse modelo também oferece resposta às dificuldades encontradas por Ferreira et al. (2024). A escassez de sinais científicos pode ser enfrentada por redes colaborativas, enquanto a multiplicidade de formas pode ser organizada sem apagamento. Para conceitos que exigem comunicação nacional, uma forma de referência pode ser estabelecida após levantamento e consulta. As variantes permanecem

registradas, e os usuários têm acesso tanto ao repertório local quanto à referência mais ampla.

No caso de exames como o Enem em Libras, os sinais empregados deveriam ser avaliados antecipadamente por pessoas surdas de diferentes regiões. Materiais preparatórios poderiam apresentar variantes e sinais-termo menos conhecidos. Quando não houvesse forma amplamente reconhecida, o conceito poderia ser explicado em Libras antes da utilização do termo. As atitudes investigadas por Albuquerque (2024) mostram que a oficialização não garante aceitabilidade; por isso, o retorno dos usuários deve integrar ciclos de revisão.

No ensino, a orientação pluricêntrica amplia o repertório dos estudantes. Professores podem apresentar uma forma de uso local e informar variantes regionais ou acadêmicas. O estudante aprende que adequação não é sinônimo de uniformidade e desenvolve capacidade de negociar sentidos. Essa competência é especialmente importante para pessoas que se deslocam entre cidades, instituições e áreas profissionais.

A formação de tradutores e intérpretes também deve incluir variação. O profissional precisa pesquisar o repertório do público, reconhecer diferenças fonológicas e lexicais e explicar termos quando necessário. Não é apropriado substituir sistematicamente os sinais de uma comunidade pelas formas aprendidas em um curso. A escolha

tradutória deve atender à compreensão dos destinatários e ao domínio discursivo.

Uma política lexical democrática, portanto, não abandona critérios. Pelo contrário, exige critérios mais rigorosos do que a escolha de uma única forma. É necessário reunir dados, explicitar objetivos, registrar participantes, comparar estruturas, testar conceitos, observar circulação e revisar decisões. A diversidade deixa de ser obstáculo e se converte em informação essencial para construir referências mais representativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise demonstra que a variação lexical é constitutiva da Libras e resulta da atuação de fatores territoriais, sociais, históricos, educacionais e interacionais. Sinais regionais não são formas imperfeitas de um padrão nacional. Eles registram experiências, redes de convivência e modos particulares de selecionar visualmente aspectos dos conceitos. Sua existência confirma a vitalidade da língua e a participação ativa das comunidades em sua construção.

Os estudos realizados no Maranhão, em Alagoas e no Acre evidenciam que a distribuição lexical não pode ser deduzida a partir de materiais produzidos em poucos centros. Mesmo municípios ou instituições próximas podem apresentar repertórios diferentes. Por isso, inventários e corpora regionais são indispensáveis. Além de

favorecerem a descrição sociolinguística, preservam dados históricos e fornecem evidências para políticas linguísticas mais representativas.

Também se constatou a necessidade de distinguir variação lexical de variação fonológica. Diferenças na configuração de mão, orientação, movimento, localização, número de mãos e componentes não manuais podem representar diferentes realizações de uma mesma unidade ou constituir sinais distintos. A classificação exige análise estrutural associada ao reconhecimento dos usuários. Tratar toda diferença como erro ou como novo sinal empobrece a descrição.

Os neologismos demonstram a capacidade da Libras de responder a transformações científicas, culturais e tecnológicas. Eles podem resultar de composição, modificação interna, iconicidade, empréstimo, inicialização ou negociação conceitual. Entretanto, a criação não equivale à convencionalização. Um sinal adquire estabilidade à medida que circula, é compreendido, avaliado e transmitido. Algumas propostas permanecem locais; outras se difundem; outras são modificadas ou abandonadas.

No campo especializado, a ausência de sinais-termo pode dificultar o ensino e o acesso ao conhecimento. A negociação coletiva favorece simultaneamente a expansão lexical e a compreensão dos conceitos. Porém, sinais criados em uma turma ou projeto não devem ser apresentados como consenso nacional sem evidências de circulação. A produção terminológica precisa articular pessoas surdas,

especialistas, linguistas, professores, estudantes e tradutores, reconhecendo a contribuição específica de cada grupo.

Dicionários, sinalários e glossários desempenham papel ambivalente. Documentam e difundem o léxico, mas podem transformar escolhas editoriais em padrões implícitos. Para reduzir esse efeito, devem registrar variantes, metadados, exemplos de uso, definições em Libras, área de especialidade, data de coleta e grau de consolidação. A palavra portuguesa não deve funcionar como única definição, e a ausência de uma forma no repertório não pode ser tomada como prova de inexistência.

A legitimidade lexical é construída pela articulação de adequação estrutural, precisão conceitual, reconhecimento sociolinguístico e funcionalidade contextual. Nenhuma instituição, pesquisador, professor ou influenciador possui autoridade suficiente para concedê-la isoladamente. As disputas sobre sinais também são disputas sobre prestígio, representação e poder. Decisões tomadas sem protagonismo surdo podem reproduzir relações ouvintistas, mesmo quando justificadas pelo objetivo de facilitar a comunicação.

A resposta à questão proposta encontra-se, portanto, na substituição da padronização entendida como imposição pela normalização participativa e pluricêntrica. REFERÊNCIAS compartilhadas podem ser úteis e, em alguns contextos, necessárias. Contudo, precisam ter finalidade declarada, sustentação em dados,

participação comunitária e possibilidade de revisão. Uma forma recomendada para comunicação inter-regional não elimina a validade das variantes regionais.

Conclui-se que a escolha não precisa ocorrer entre variação irrestrita e uniformidade absoluta. É possível construir políticas lexicais que ampliem a inteligibilidade, organizem terminologias e preservem a diversidade. Para isso, deve-se documentar antes de selecionar, definir conceitos antes de criar sinais, testar propostas em uso, registrar variantes e reconhecer o caráter histórico das decisões. O padrão deixa, então, de funcionar como instrumento de exclusão e passa a constituir uma referência aberta à pluralidade.

Como limitação, este estudo possui natureza bibliográfica e reúne pesquisas com amostras, regiões e objetivos distintos. Não se realizou investigação de campo sobre atitudes ou circulação de sinais. Recomenda-se que trabalhos futuros ampliem os inventários regionais, desenvolvam estudos longitudinais sobre neologismos, examinem o impacto das redes digitais e avaliem modelos colaborativos de plataformas terminológicas. Também são necessários estudos em áreas acadêmicas ainda pouco contempladas, especialmente nas ciências humanas.

Entre a variação e a padronização, a legitimidade lexical não se encontra em um ponto fixo. Ela é continuamente negociada pelos usuários e pelas instituições que participam da vida da língua.

Reconhecer esse movimento significa tratar a Libras não como repertório fechado de equivalências, mas como língua plena, historicamente construída e capaz de produzir unidade sem renunciar à diversidade.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. Produção de sinais-termos em Libras para conceitos acadêmicos: uma revisão sistemática e suas contribuições para surdos, professores e tradutores e intérpretes educacionais. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 9, e0917, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14393/Lex-v9a2023/24-17>.

ALBUQUERQUE, Thiago Ramos de. Atitude linguística: aceitabilidade de sinais no Enem em Libras. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 21, n. especial, p. 10510-10523, ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2024.e94601>.

ARZUA, Gabriel Henrique; XAVIER, André Nogueira. Variação lexical e fonológica na expressão dos conceitos “YouTube” e “WhatsApp” na Libras. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 9, e0918, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14393/Lex-v9a2023/24-18>.

BATISTA, Jerlan Pereira. Uma descrição da variação lexical de sinais de alimentos em Libras em três municípios alagoanos. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 9, e0916, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14393/Lex-v9a2023/24-16>.

ERNSSEN, Bruno Pierin; JACINTO, Carlos Antonio. Estudo do léxico em Libras: uma análise composicional de dicionários e sinalários de diferentes momentos históricos. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 9, e0922, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14393/Lex-v9a2023/24-22>.

FELIPE, Tanya A. Os processos de formação de palavra na Libras. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 200-217, jun. 2006.

FERREIRA, Alessandra Teles Sirvinskas; VASCONCELOS, Iara Alves Hooper; DAWES, Tathiana Prado; BRAZ, Ruth Maria Mariani; ALVES, Gustavo Henrique Varela Saturnino; FRAGEL-MADEIRA, Lucianne. Sinais-termos científicos em Libras: uma reflexão sobre a escassez e a necessidade de padronização. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 30, e24007, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320240007>.

LEITE, Leticia de Sousa; CABRAL, Tayna Batista. Educação de surdos e colonialidade do poder linguístico. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 37, n. 2, p. 425-444, jul./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.14393/LL63-v37n2-2021-20>.

PROMETI, Daniela; COSTA, Messias Ramos. Criação de sinais-termo nas áreas de especialidades da Língua de Sinais Brasileira – LSB. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 131-151, jan./jun. 2018.

QUADROS, Ronice Müller de; SILVA, Jair Barbosa da; MACHADO, Rodrigo Nogueira; LUDWIG, Carlos Roberto. Inventário Nacional de Libras. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 5457-5474, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2020.e77334>.

RODRIGUES, Angélica; SILVA, Anderson Almeida da. Reflexões sociolinguísticas sobre a Libras (Língua Brasileira de Sinais). **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 686-698, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21165/el.v46i2.1673>.

RODRIGUES, Isabel Cristina; BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira. Práticas sociais entre línguas em contato: os empréstimos linguísticos do português à Libras. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**,

Belo Horizonte, v. 14, n. 4, p. 1095-1120, 2014. DOI:
<https://doi.org/10.1590/S1984-63982014005000021>.

SALES, Elielson Ribeiro de; PENTEADO, Miriam Godoy; MOURA, Amanda Queiroz. A negociação de sinais em Libras como possibilidade de ensino e de aprendizagem de geometria. **Bolema**, Rio Claro, v. 29, n. 53, p. 1268-1286, dez. 2015. DOI:
<https://doi.org/10.1590/1980-4415v29n53a23>.

SANTANA, Brandon Jhonata Cardoso; SANTOS, Georgiana Marcia Oliveira. A variação denominativa em Libras no Maranhão: uma análise de sinais-termo da eletrotécnica usados no IFMA/Monte Castelo e no SENAI-MA. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 61.1, p. 5-17, jan./abr. 2022. DOI:
<https://doi.org/10.1590/01031813v61n120228667728>.

SANTOS, Wendel Silva dos; AZEVEDO, Renan Pires. Um estudo de variação lexical em Libras entre surdos residentes da região metropolitana de São Luís, Maranhão. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 121-148, 2024. DOI:
<https://doi.org/10.5007/1984-8420.2024.e94730>.

SILVA, Diego Barbosa da. Uma Libras ou muitas Libras? Apontamentos sociolinguísticos sobre línguas de sinais no Brasil. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 19, e019009, 2025. DOI:
<https://doi.org/10.14393/DLv19a2025-9>.

SOUSA, Alexandre Melo de; GARCIA, Rosane. Inventário de Libras da Região de Rio Branco, Acre: possibilidades para o estudo da variação lexical. **Revista Moara**, Belém, n. 65, p. 107-121, ago./dez. 2023.

TEMOTEO-MARQUES, Janice Gonçalves; MARTINS, Antonielle Cantarelli; GUIRELLI, Fernanda de Oliveira. Observações sobre as transformações lexicais na Libras em decorrência dos avanços tecnológicos. **Revista do GEL**, v. 21, n. 2, p. 127-150, 2024. DOI:
<https://doi.org/10.21165/gel.v21i2.3744>.

XAVIER, André Nogueira. Panorama da variação sociolinguística em línguas sinalizadas. **Claraboia**, Jacarezinho, v. 12, p. 48-67, jul./dez. 2019.

XAVIER, André Nogueira; BARBOSA, Plínio Almeida. Diferentes pronúncias em uma língua não sonora? Um estudo da variação na produção de sinais da Libras. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 371-413, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-445069770367936329>.